

UNIDADE 4

PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE MARX



Em continuidade temos os pensamentos sobre a sociedade de Karl Marx, com a sua contribuição com a função epistemológica do materialismo com a dialética dos clássicos gregos e a visão particular dos problemas da economia e do mundo do trabalho de sua época.

Seção 1

A realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

Nesta seção será apresentado superficialmente o modelo metodológico utilizado por Karl Marx para estudar a sociedade.

Karl Marx nasceu em 1818, em Trier, na antiga Prússia, hoje Alemanha, e morreu em Londres em 1883. As obras mais conhecidas de Marx são:

- O Capital;
- Manuscritos econômico-filosóficos;
- Contribuição à crítica da Economia Política;
- Salário, preço e lucro;
- Fundamentos da Economia Política;
- Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel e Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

Parte das obras de Marx foi escrita em parceria com o seu amigo Engels.

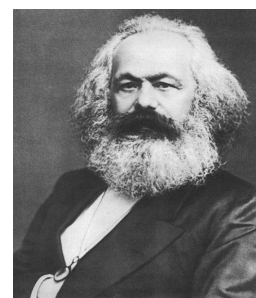


FIGURA: Karl Marx
FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Marx.jpg

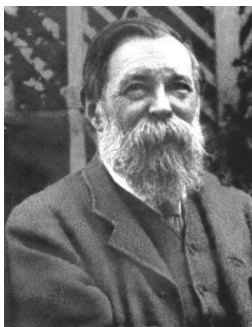


FIGURA: Friedrich Engels

FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Friedrich_Engels.jpg



SUGESTÃO DE LEITURA

Recomendamos a leitura dos livros **O Capital** partes 1 e 2; e o **Manifesto Comunista**, disponíveis em PDF nos endereços:

<http://pensamentosnomadas.wordpress.com/2012/03/21/o-capital-e-manifesto-comunista-em-portugues-pdf/>

O contexto em que Marx escreveu sua obra (século XIX) foi marcado pela consolidação do sistema capitalista, sendo caracterizado por dificuldades econômicas e familiares, principalmente a quem era crítico à ordem dominante da época, tendo assumido a bandeira da defesa da dignidade dos trabalhadores e suas finanças oriundas de seus artigos publicados em revistas e jornais.

Dialética

(caminho entre as ideias) é um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias. Alguns consideram Sócrates outros Zenão de Eléia, ambos da Grécia antiga, como fundador da dialética, mas o mais conhecido foi o filósofo alemão Hegel que inicialmente Marx foi seguidor.

Com seu curso de humanidade (Direito) e doutorado em Filosofia coube a ele desvendar o sistema capitalista de forma ampla (filosófico, político, econômico e social) utilizando o método dialético. Marx (1982, p. 179) afirma que “o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem”. Assim, como já vimos nas unidades anteriores, o conhecimento de alguma coisa é a imaginação que temos do mundo exterior e não o próprio mundo exterior, ou seja, o movimento da matéria ou realidade social e da vida da pessoa que é objetivamente dialético.

A dialética trabalha como contraponto entre o naturalismo e o idealismo, principalmente entre o que imaginamos que seja o real e o que deveria ser o real, mas temos que iniciar nosso raciocínio em algum ponto de partida. Dessa forma, Marx inicia seu pensamento pelo mundo exterior que é material, ou seja, o materialismo. O ser humano, como já citado, é um ente físico, psíquico e social. No pensamento de Marx ficará mais restrito à condição social deste e sendo sua relação com o mundo exterior balizada por essa característica.

Artesanal

Produzida por artesão, ou pessoa com habilidade e proprietária dos meios de produção (máquinas, equipamentos e outros) geralmente dentro de suas oficinas.

O modo de produção, até o século XIX, que era basicamente artesanal, quando se concretizou a Revolução Industrial com a efetivação da divisão do trabalho e a mecanização da produção em combinação com a eletrificação, gerou a consolidação do sistema capitalista, com suas características, especialmente pelas indicações das contradições e conflitos sociais entre mando e obediência, patrão e trabalhadores, riqueza e pobreza, ou seja, a verdadeira dialética.

Com a divisão do trabalho para muitos e a concentração do capital (máquinas, equipamentos, edificações etc.) para poucos o resultado ou benefícios da produção coletiva ou social passaram a ser concentradas no

polo dos detentores do capital, gerando riqueza, fruto do que Marx chamou de exploração, opressão e injustiça, visto que as condições estabelecidas pela sociedade da época, não eram iguais para todos.

Acreditava que razão como instrumento de compreensão e apreensão da realidade social poderia se construir de uma sociedade mais justa, que com o método dialético seria um meio de análise da realidade, que indo do concreto ao abstrato ofereceria um papel primordial para o processo de abstração na construção de conceitos sobre a vida, as pessoas, as coisas, as ideias e pensamentos, os grupos sociais, a sociedade e os governos onde nada está parado e sim em movimento. Tudo muda, tudo se transforma.

Quanto ao método do [Materialismo Histórico](#) ele descreve que a produção das ideias e representações, bem como a consciência, está direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, ou seja, a linguagem da vida real. Com base no mundo material externo é que construímos nossas representações e pensamentos, construímos a linguagem para nos comunicarmos com as outras pessoas e criamos a emanção direta do comportamento material da vida cotidiana.

Somos seres sociais e pela vivência em sociedade construímos nossos imaginários de mundo, podendo afirmar que somos produto de representações e ideias, na medida em que essas qualidades nos tornam humanos. Logo, não somos o que dizem, imaginam, creem, mas o que tomamos da atividade real, segundo o seu processo real de vida em uma construção histórica individual e grupal.

O conhecimento, baseado na produção da sociedade, resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época. Os entes da sociedade que geram a produção material e as suas relações materiais, transformam com esta realidade, que lhes é própria, os seus pensamentos e os produtos destes pensamentos, não sendo a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Sabemos que não sobrevivemos, se não estivermos em grupo ou sociedade, sendo uma necessidade básica humana. Na presença da coletividade desenvolvemos uma linguagem simbólica historicamente construída com base em coisas reais e materiais produzidos ou incorporados. Assim a compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material.

O conceito de trabalho é imperativo para a compreensão nesse processo de interação com a natureza ou mundo real, sendo este o meio com o qual a pessoa transforma a natureza e é transformada por ela. Em Marx, a pessoa trabalhando é considerada como força de trabalho ou segundo fator de produção (o primeiro é a natureza), o qual sempre

[Materialismo Histórico](#)
Abordagem metodológica para estudo da sociedade e economia a partir da história, sendo elaborada pela primeira vez por Karl Marx e Friedrich Engels. Procuravam as causas dos desenvolvimentos e mudanças na sociedade, principalmente na trilogia classes sociais, meios de produção e estruturas políticas e econômicas.

com significado de energia ou esforço consciente para a produção de um produto (bens ou serviços) que satisfarão alguma necessidade humana, sendo que este atribui ao produto um valor determinado.

O trabalho, como atividade grupal, ao longo da história humana em sociedade, promoveu o seu desenvolvimento e a construção dos sujeitos na história. Com suas características fundamentais de reconhecimento entre seus pares e ação sobre a natureza revelou o que cada pessoa é através do que ela faz. Em resumo, somos o que fazemos e não o que falamos ou imaginamos.

As pessoas como grupos agregados, são em Marx as massas, que constituem as forças produtivas que determinam as condições de existência consciente, tendo em vista a existência de intercâmbio entre as pessoas. Logo, a consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo.

Em suma, a realidade é material e construída historicamente de forma dinâmica e adaptável pelo ser humano que, intervindo na realidade material, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e construir sua consciência. A consciência da necessidade de se relacionar com os outros ao seu redor pela percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, gera o início da consciência do fato de que gostando ou não se vive em sociedade.

A vida em sociedade possui características distintas para cada período da história, com sinais diversos pelo modo como se organizaram para satisfazer suas necessidades básicas. De acordo com a tese do materialismo histórico essa evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até à atual, se dá pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”.

Para Karl Marx, a superestrutura é um nível social como a estrutura jurídica do Estado (Direito e Estado) e a ideologia (política, religião, moral, arte, etc.) criada como reflexo da imagem construída pela classe social dominante. Existe ainda a infraestrutura com base mais econômica.

A ideia central em Marx é que pela produção e a troca dos produtos explica-se essencialmente as relações entre os sujeitos e demonstram a base de toda a ordem social, fundamentando-se, inicialmente, na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que circundam um determinado modo de produção. Na história de todas as sociedades ficam demonstradas pela distribuição dos produtos a divisão social dos homens em classes ou camadas, que determinam o que a sociedade produz, como produz ou o modo de trocar os seus produtos.

As relações estabelecidas entre proprietários (chamados de burgueses) dos meios de produção e os trabalhadores (chamados de proletariados) que processam diretamente o produto são denominadas relações sociais de produção caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção entre aqueles que possuem os meios de produção (o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos etc.) e aqueles que não os possuem.

Seção 2

Economia e Sociedade; Modos de produção; Trabalho e Vida Econômica.

Esta seção discorrerá sobre o que é Economia, sobre os modos de produção na sociedade para Marx, com as formas de trabalho histórico e os conceitos de mais valia e classes sociais na vida econômica.

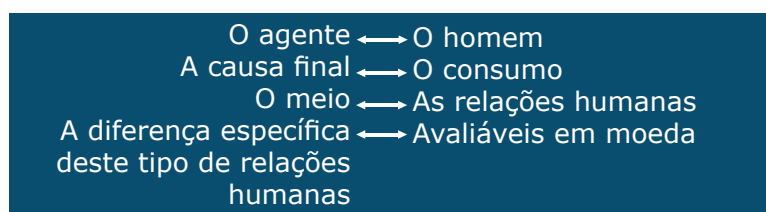
Como o trabalho é a forma de expressão da existência humana, para se ter uma compreensão de alguma sociedade é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos a sua economia. Todos os homens precisam de bens e serviços para sobreviver. Assim sendo, a casa, os alimentos, as roupas, serviços da saúde (médicos, odontólogos, fisioterapeutas, psicólogos), entre outros bens ou serviços produzidos numa coletividade, são de extrema utilidade para satisfazer essas necessidades humanas.

- O que seria do homem se não houvesse a casa para se abrigar do frio e do calor, das chuvas e dos ventos?
- O que seria do homem se não houvesse alimentos?
- O que seria do homem do século XXI se não houvesse o automóvel, o telefone, a televisão, o computador, o avião e outras máquinas?

A economia é então, um ramo do conhecimento humano que estuda a maneira como os bens e serviços necessários ao homem são produzidos, distribuídos e consumidos.

Na definição de Adelphino Teixeira da Silva (*apud* TEDESCHI, 1998) encontramos uma boa definição de Economia: "Economia é a ciência que estuda as relações humanas denominadas econômicas, avaliáveis em moedas e tendo por fim um consumo".

A análise desta definição nos revela, os seguintes itens:



A economia deve ser considerada como ciência, porque é um sistema lógico de conhecimentos sobre o seu objeto. As relações humanas neste caso recebem o nome de relações econômicas, avaliadas em moeda em qualquer lugar do mundo, pois são avaliados os elementos quantificáveis, porque este é o denominador comum dos bens e dos serviços de consumo, em torno dos quais gira nossa atividade econômica.

Seria de esperar que a Economia tratasse dos meios de dar ao homem as melhores condições para realizar suas aspirações, mas não é bem disso que trata. Embora, em outras épocas, tivesse se preocupado com esses objetivos, há dois séculos que a riqueza material constitui sua quase exclusiva aspiração.

Não se deve ver nisso um reprovável excesso de materialismo, porque, na época e no meio em que floresceu a Economia, a riqueza material estava associada a qualidades morais. De certo modo a riqueza era prova visível de virtude. Assim como, em outras ocasiões, a virtude esteve associada à coragem guerreira e a uma certa austeridade, à operosidade e ao espírito de poupança.

Para nós, essas ideias são estranhas. Pode-se mesmo dizer que, entre nós, a riqueza é mais comumente associada à maldade do que à virtude. Mas devemos reconhecer que a riqueza e a virtude se confundiam para os teóricos da Economia. Esses valores faziam parte da cultura do século XIX na Europa e Estados Unidos, sem ligação com os dias de hoje no Brasil. Pelo exposto, um conceito para Economia seria: Ciência das riquezas.

A economia procura conhecer e analisar as relações constantes entre os fatos e os fenômenos econômicos, para, com base nessa análise, poder prever e planejar as atividades que levarão os homens a produzir, distribuir e consumir os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades. Resumindo, somente mediante uma profunda análise econômica poderemos responder perguntas como:

- Quanto de soja o Brasil deverá produzir este ano para atender suas necessidades de consumo interno e suas necessidades de exportação?
- Qual política na área agrícola o governo brasileiro deverá adotar para que se obtenha uma produção de soja adequada?
- De que forma essa produção de soja será transportada para os centros de consumo?
- Qual o preço mínimo da soja deverá ser adotado para que os produtores sintam –se incentivados para a produção de soja durante este ano?

Podemos ainda dizer que, para que se possa prever um futuro desejado, é necessário que se conheça todo o mecanismo que atua na obtenção desse futuro. Logo, conhecendo-se os mecanismos econômicos: “É possível planejar. O que produzir, Como distribuir e o que é necessário para que tudo isso aconteça”.

Se nós pensarmos em nossos casos particulares, veremos que não fugimos desse “mecanismo”, por exemplo:

para comprarmos um smartphone temos que trabalhar a mais do que já trabalhamos, ganharmos mais dinheiro e podermos efetuar a compra, ou reduzirmos nossas despesas atuais ou tomarmos um empréstimo de dinheiro, enfim, temos que conhecer o que temos e o que podemos fazer com isso que temos para que possamos obter algo que desejamos.

A ciência econômica sempre considerou o homem por dois aspectos: como recurso para produção e como origem de demanda para o consumo. Para a Economia, ele só existe por meio do mercado, quando vende seu trabalho ou compra alguma coisa. O fato de os economistas tratarem o homem dessa maneira não é uma ignorância. É uma simplificação, uma hipótese de trabalho, que permitiu desenvolver uma bela ciência.

É claro que aos economistas, que inventaram e continuam inventando teorias, ocorreu a possibilidade de sua aplicação por pessoas convencidas de que elas representam a realidade total, e de que pudessem servir para justificar ofensas e crueldades. A hipótese inicial

introduz, porém, uma limitação intransponível. Não se considera, nessa bela ciência, senão o que se convencionou chamar de homem econômico. Esta expressão não é, por si, errada ou imprópria, contudo incompleta, mas só faz sentido em uma teoria econômica se existe uma pessoa de comportamento predeterminado, que age mecanicamente, apenas movida pelo desejo de aumentar a riqueza.

Não devemos nos iludir quando os economistas dizem que o progresso de uma nação depende da qualidade de seus habitantes. A qualidade a que eles se referem é unicamente a capacidade de produzir e economizar riquezas. Não se trata de qualidade propriamente humana, porque, para a teoria econômica, o mundo é o mercado, e a riqueza consiste na acumulação de bens materiais, e, nesse esquema, o homem é apenas um meio, um instrumento ou uma coisa.

Para descobrir a origem da riqueza, ou melhor, a origem do crescimento da riqueza, os economistas procuram as riquezas coletivas e as causas gerais. A palavra riqueza está relacionada com outra palavra que lhe fornece maior significado, ou seja, a palavra escassez. Para ser riqueza a coisa deverá ser escassa, e a escassez ocorre quando um produto não está disponível a qualquer momento, em qualquer lugar e em qualquer quantidade.

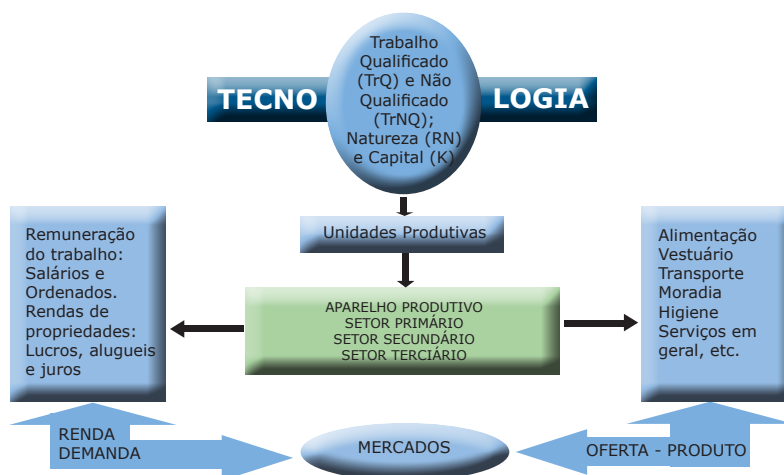
O primeiro elemento ou fator a que se atribuiu o poder da riqueza, dentro de um raciocínio lógico e também natural, foi a terra. A terra podia ser fértil ou determinava a teoria da renda, onde sem esforço poderia ocorrer um excedente de riqueza, a que não correspondia nenhum gasto determinado, pois vinha da fertilidade da terra.

O segundo fator de produção é o trabalho (qualificado e não qualificado) sobre o qual Karl Marx realizou sua base de estudos e que iremos trabalhar mais a fundo. O terceiro fator de riqueza é o Capital (título da principal obra de Marx) que é todo bem que gera outro bem e na atualidade surge o quarto fator, a tecnologia como sendo o conhecimento ou o modo de realizar alguma coisa.

Assim, o sistema econômico em sua representação dos fatores de produção será o trabalho (qualificado e não qualificado), Recursos Naturais ou Natureza e o Capital todos com a tecnologia, que orienta sua conjugação. Sob a direção de organizadores da produção, eles são distribuídos em conjuntos que constituem as unidades produtivas.

Das unidades situadas nos três setores flui, simultaneamente, uma corrente ou fluxo de pagamentos por serviços prestados (fluxo nominal) e outra de bens e serviços produzidos (fluxo real).

Os três setores da economia são: o primário ou agropecuário-extrativista; o secundário ou industrial e o terciário ou comércio e prestação de serviço.



O fluxo real do sistema econômico é composto pela transformação dos fatores da produção em produtos que irão satisfazer as necessidades humanas e o fluxo nominal do sistema econômico é composto pela remuneração dos que participaram direta ou indiretamente da produção.

O Fluxo Real (FR) e o Fluxo Nominal (FN) devem ser iguais para um sistema econômico equilibrado. Caso o Fluxo Nominal seja maior que o Fluxo Real, por muito tempo, isso trará um a inflação de demanda. Em caso contrário, se o real for maior que o nominal, haverá uma recessão.

A mais-valia e classes sociais

Para Marx, ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia, constrói-se o conceito de classes sociais o qual não deixou nenhum conceito explícito, mas são considerados grupos sociais antagônicos que se apropriam do trabalho do outro.

A distinção está entre os que possuem e os que não possuem os meios de produção. Logo só existem, basicamente, duas classes sociais: a burguesa que possui os meios de produção, e o proletariado que não possuem os meios de produção, sendo uma simplificação do sistema feudal de produção.

Em algumas passagens Marx usa o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Em uma simplificação rasa, a proposta de Marx era a eliminação da propriedade privada, como a verdadeira possibilidade de eliminar os antagonismos de classe. Vinculou a existência das classes a determinadas fases da história e do desenvolvimento da produção com consequente

luta de classes. Com o acesso do proletariado (trabalhadores) ao poder, ao longo do tempo, surgiria à ditadura do proletariado e esta não passaria de uma transição para a abolição de todas as classes e a construção de uma sociedade sem classes.

Para esta sociedade seria necessária uma consciência de classe, ou seja, quando o proletariado estiver ciente de seus reais interesses. Mas essa consciência e luta de classes levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista, que é o fim da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX; ENGELS 1985, p. 64).

Mas o que faz esta classe burguesa?

Com a mudança dos modos de produção, o trabalhador ou proletariado passou a realizar parte do trabalho que hora era realizado pelos artesões, pela divisão do trabalho e não possuía mais a propriedade das máquinas, equipamentos e ferramentas (capital), bem como não participava do planejamento do processo e nem do produto final, gerando uma total alienação ao sistema econômico que pertencia, transformando a própria força de trabalho em uma mercadoria.

Neste contexto o trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário. O capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, com uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade visto que o capital irá incorporar toda forma de tecnologia ou conhecimento.

Temos que a força de trabalho deveria ser a única mercadoria que pode produzir valor, mas mediante distribuição de parte da renda para o fator trabalho em que o elemento conhecimento (tecnologia) é dividido para diversos proletariados e concentrando o pagamento do capital em conjunto com a tecnologia para a burguesia (empresário) gera uma forma de trabalho excedente que passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza, sendo chamado de mais-valia.

Existem dois tipos de mais-valia, a absoluta e a relativa. A mais-valia absoluta é conseguida pelo aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho, ou seja, pelo aumento da jornada de trabalho para produzir mais, e a mais-valia relativa é obtida pela adoção de novas tecnologias (maquiniais e/ou especializações profissionais) que diminuem o tempo de trabalho para a mesma produção.

Aqui cabe ressaltar que, se ocorrer a redução do tempo para a produção e inclusão de novas tarefas, volta a ser mais-valia absoluta.

Existe uma diferença básica entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes com a compra e venda de mercadorias em relação à demanda de mercado.

Modos de produção

O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas (estruturais e conjunturais) e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento de determinados grupos sociais ou sociedades.

Muitos autores seguem uma sequência histórica e cronológica para mostrar os modos de produção, a saber: comunismo primitivo; a escravatura; feudalismo; capitalismo; e o socialismo/ comunismo.

Comunismo primitivo: primeira forma de relação na espécie humana foi a tribal, tendo como primeiro estágio de produção (caça, coleta, pesca, pecuária e agricultura) para subsistência e grandes quantidades de terras incultas ou livres, como nos casos das nossas comunidades indígenas. A divisão do trabalho é pequena ou chamada natural, os instrumentos de trabalho são rudimentares com estrutura social limitada. Não existe a figura do Estado. A forma de consciência predominante é o mito ou a forma religiosa.

Escravatura: segunda forma de propriedade mais antiga, resultante da reunião de várias tribos numa só cidade, por contrato ou conquista. Com a necessidade de aumento da produção agrícola e a formação de excedentes econômicos, surge a necessidade da força de trabalho escrava. Surge o poder político e religioso para perpetuar essa forma de dominação representada pelos Estados Imperiais. A escravatura desenvolve-se com o aumento da população e das necessidades com oposição entre cidade e campo e a geração da propriedade privada dos senhores de escravos com a produtividade aumentando gradativamente se comparada ao comunismo primitivo, permitindo ao trabalhador criar um sobre-produto, que é apropriado pelo senhor do escravo. A produção é destinada essencialmente ao consumo local.

Feudalismo: o terceiro modo de produção é o feudal, em que emerge a figura de ex-escravos e/ou homens livres

Classificação dos mercados imperfeitos :

Monopólio

Quando só há um vendedor (Energia Elétrica).

Monopsônio

Quando existe apenas um comprador (Material Bélico).

Oligopólio

Quando existem poucos vendedores (Cimento).

Oligopsônio

Quando poucos compradores (Material Radioativo).

Concorrência imperfeita

Quando existem diversos compradores e vendedores em quantidades diferentes (CEASA)

Utopia é qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade.

(camponeses) espalhados no campo em meados do século XV. Com a queda do império romano, a Europa dividiu-se em vários feudos, que eram grandes extensões de terra cultivadas por servos que se erguem como classe produtora. A estrutura feudal da propriedade imobiliária corresponde nas cidades à propriedade corporativa, também conhecida como organização feudal da profissão.

Como principais características do modo de produção feudal, podemos destacar a crescente divisão social do trabalho com produção destinada ao consumo local; divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: senhores feudais (donos de terra) e servos da gleba (camponeses); propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção e propriedade incompleta dos senhores feudais sobre os servos da gleba, pois estes, embora estivessem vinculados aos feudos, já dispunham de mais liberdade, possuíam instrumento de trabalho e outros bens próprios.

Capitalismo: o quarto modo de produção foi o capitalista, que surgiu com base no modo de produção feudal. Sua evolução percorre duas etapas: o capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista (imperialismo). O capitalismo pré-monopolista é aquele período do desenvolvimento do capitalismo em que existiu a livre concorrência (quando temos muitos compradores e muitos vendedores), ao passo que no capitalismo monopolista a livre concorrência é substituída pelo monopólio. Tem como características que os modos de produção e distribuição são de propriedade privada, geralmente de uma classe social dominante e minoritária a qual decide sobre oferta, a demanda, o preço, a distribuição e o investimento sem ou pouco envolvimento do governo. Os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas ou em suas vidas privadas, e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas. O capitalismo só vive do sobre-trabalho do operário e acumulação e concentração da riqueza, sendo considerado autofágico (comendo da própria carne ou processo autodestrutivo). O trabalhador pensa que o seu salário é um pagamento justo pela sua jornada de trabalho, mas não entende que ele representa apenas uma pequena parte do que é gerado.

Socialismo/comunismo: é o quinto modo de produção. Cabe ressaltar que o modelo de sociedade comunista nunca foi implementado como sistema predominante, sendo considerado uma utopia. O modo de produção socialista nasceria no interior do modo de produção capitalista. Seu traço característico essencial consistiria na abolição da propriedade privada sobre os meios de produção e o estabelecimento da propriedade social sobre estes.

Um pouco diferente da propriedade coletiva primitiva, gerada pela fragilidade do homem diante da natureza, a propriedade socialista seria o resultado de um grande desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Sendo o proletariado a classe majoritária da população este se organizaria e aspiraria o poder, tomaria o Estado e transformaria as relações sociais. A propriedade socialista dos meios de produção é a propriedade social, a propriedade coletiva dos próprios trabalhadores.

Os entes da sociedade socialista têm em comum os meios de trabalho e os artefatos de trabalho, empregando-os no processo em benefício próprio, com a planificação realizada para o conjunto da economia nacional sendo condicionada à ampla participação das massas trabalhadoras na elaboração e na execução dos planos. O princípio fundamental da etapa socialista é “a cada um, de acordo com a sua capacidade” e o da comunista é “a cada um, de acordo com suas necessidades”.

Fica evidente nas obras de Marx que a cultura é o resultado do trabalho e diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos, tendo como característica primordial das pessoas projetar e conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização.

A capacidade de trabalho (habilidade, conhecimento e experiência) é ao mesmo tempo característica e condição humana que se formam das relações sociais, familiares, políticas, econômicas e as relações com a natureza. As representações (imagens e linguagens), as instituições (educação, governo, etc), estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, principalmente no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

À medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim deste, ele se desenvolve e imprime a sua marca nas coisas criadas a sua marca. A separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador produz o que Marx chamou de alienação, que tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade que é a exploração e a desigualdade.

O trabalho é um processo de ação entre a pessoa e a natureza, em que este espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza, modificando-a e se modificando. O trabalho é componente tipicamente humano importante na dialética da vida, com o contato com a natureza ou com a matéria dentro do processo de transformação constante de ambas as partes.



ATIVIDADE

Agora vamos nos exercitar:

Realize uma pesquisa na Internet sobre o trabalho e o lucro nas instituições brasileiras. Escreva um texto de 15 a 30 linhas e publique no moodle. Lembre das referências.

UNIDADE 5

WEBER E A SOCIALIZAÇÃO



A unidade presente traz o pensamento de Max Weber sobre a socialização, estratificação, mobilidade social, linguagem e interacionismo simbólico. São destacadas as sociedades ou organizações burocráticas, com suas principais características e angústias.

Seção 1

O pensamento de Weber

Nesta seção tem-se o pensamento de Max Weber sobre os tipos de sociedade, com ênfase na sociedade burocrática, com suas principais características e angústias.

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt (Alemanha). De origem burguesa liberal militou no ramo do Direito com habilitação em Direito Comercial Alemão e Romano, especializando-se nas áreas Econômica e Jurídica. Participou ativamente da vida pública da Alemanha, que se encontrava atrasada industrialmente em relação a outros países da Europa. Colaborou com a redação da Constituição da República de Weimar, em 1919, e teve como obras de destaque:

- A ética protestante e o espírito do capitalismo;
- As relações de produção na agricultura do mundo antigo;
- A ciência e política como vocação;
- Crítica positiva da concepção materialista da história;
- Economia e Sociedade;
- História agrária de Roma e sua significação para o direito público e privado e
- História econômica geral.



FIGURA: Max Weber
FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Max_Weber_1894.jpg

Weber diferencia-se de Durkheim e Marx quando põe a pessoa como elemento primordial para compreender a realidade social, pois tudo que existe na sociedade é resultado da ação e por consequência da vontade destas, ou seja, é pela ação ou omissão social que é construído o significado subjetivo que orienta o comportamento dos outros, afirmando que a ação social está ligada ao conceito de relação social.

Weber aponta que a pessoa age com a expectativa de que o outro faz da sua ação, observando o caráter coletivo e social das ações e relações. Logo, a ação social é uma conduta da pessoa segundo expectativas de resultados dos outros no contexto social, sendo esta relação uma conduta que envolve múltiplos agentes com conteúdo reciprocamente compartilhado.

Max Weber distingue três tipos de organizações sociais ou sociedades em relação a ações e relações sociais, a saber:

Tradicional: predominam características patriarcais e patrimonialistas, como a família, o clã, a sociedade medieval etc. O tipo de autoridade é por mero hábito, ou seja, pelo costume adaptativo ao comportamento rotineiro, em que os subordinados aceitam as ordens dos superiores justificando que sempre foi a maneira pela qual as coisas foram feitas. Essa autoridade não é racional, pode ser transmitida por herança e é extremamente conservadora.

Carismática: predominam características místicas, arbitrarias e personalistas, como os grupos revolucionários, nos partidos políticos etc. O tipo de autoridade é por mera afeição, ou seja, por dominação puramente pessoal ao indivíduo de quem recebe o comando, em que os subordinados aceitam as ordens do superior justificando a sua influência da sua personalidade e da liderança do superior com o qual se identificam. O poder não é racional, tem forte base emocional e não pode ser delegado ou recebido por herança.

Legal, Racional ou Burocrática: predominam normas organizacionais ou empresariais em uma racionalidade na escolha dos meios e dos fins como nas empresas comerciais, geralmente. O tipo de autoridade é por mero interesse em determinada situação, ou seja, é a obediência motivada pelo cálculo de conveniência do indivíduo, em que os subordinados aceitam as ordens dos superiores com justificativas de concordar com um conjunto de preceitos ou normas que consideram legítimos e dos quais deriva o comando. A obediência não derivada a alguém especificadamente, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais preestabelecidos que compõem um cargo.

Burocracia assim é conceituada como um sistema em que a divisão do trabalho é sistemática e corretamente realizada, tendo em vista os fins objetivados. Weber procurou um tipo ideal, um modelo puro de burocracia. Na realidade, nenhum tipo de organização corresponde exatamente ao tipo ideal de burocracia descrito por Weber. Muitas organizações aproximam-se bastante do modelo proposto, como a Igreja, o Exército entre outros, mas não se confundem com ele.

Na obra "[Ética protestante e o espírito do capitalismo](#)", Weber aplica a metodologia compreensiva para explicar o sentido dessas ações sociais das pessoas e a construção da sociedade. Esclarece com o debate da relação entre a religião luterana e o capitalismo, afirmando existir diversas possibilidades de análises da sociedade sem existir uma mais correta do que outra, inaugurando a concepção hermenêutica na Sociologia.

Todas as linhas do protestantismo, com início na Luterana, favorecem o desenvolvimento do capitalismo, com um estilo de vida marcado na disciplina e retirando o pecado sobre a acumulação e o lucro.

A ação de trabalhar é a [ascese](#) no mundo, a qual é praticada pelos protestantes com rigor e disciplina, tendo no seu lema "tempo é dinheiro" gerando um [constructo](#) de estilo de vida de louvor a gêneses de Deus por meio do trabalho, colocando assim em prática suas vocações. Com o passar do tempo, a busca pelo lucro foi desconectada das religiões protestantes e ganhou vida própria, sem desprezar a disciplina como base da ética no trabalho.

Assim, o trabalho é uma forma de glorificação a Deus pela vocação recebida, e a perda de tempo vem a ser o primeiro e principal de todos os pecados, pois toda hora perdida de trabalho é uma hora a menos na glorificação de Deus. Logo, se Deus leva alguém a ter oportunidade de obter lucro, este deve aproveitá-la como único propósito de um verdadeiro cristão de atender ao seu chamado, sendo apenas condenado quando o lucro estiver a serviço da vadiagem ou aproveitamento pecaminoso da vida.

Como a ascese condenava a produção da riqueza privada por desonestidade ou ganância instintiva, ou seja, um fim em si mesma, esta gerou a ascensão da burguesia com base em uma economia racional e a linha de pensamento da ética do capitalismo em obter mais e mais dinheiro, combinando com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida, gerando o processo de racionalização da vida e a compreensão do modelo de sociedade capitalista.

Como o capitalismo tornou o trabalho com um fim em si mesmo, afastando-o do sentido religioso para o científico o qual demonstrou que a

[A obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo](#) está disponível em: http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf

[Ascese](#)
Aspiração às mais altas virtudes.

[Constructo](#)
Aquilo que é elaborado ou sintetizado com base em dados

racionalidade aumentada gera o aumento da produtividade, mas gerando com sua expansão uma forma sofisticada de escravidão, provocando no trabalhador um desencantamento do mundo, o que Weber chamaria de uma “**prisão de ferro**” para o homem moderno, pois a modernidade com sua característica racionalização do mundo gerou a possibilidade das pessoas dominarem a natureza por meio da ciência e da técnica, mas trouxe também como consequências negativas a perda de sentido e da liberdade.

Enfim, Weber escreveu que a pessoa, ao libertar-se da mitologia e das explicações teológicas e sobrenaturais ou naturalizadas, torna-se prisioneira de sua própria criação, que ao invés da racionalidade dos meios nos libertarem, e que foi largamente defendido e afirmado pelos iluministas, esta tomou conta da nossa existência, visto que perdemos a capacidade de determinar nossas próprias vidas.

Burocratização da sociedade

Para Weber, a burocracia é além de um processo puro de dominação “racional-legal” e de desencantamento do mundo. Assim, a burocracia é uma organização ligada por normas escritas que se baseiam em uma sistemática divisão do trabalho, com estabelecimento de cargos segundo princípios hierárquicos com fixação de regras e normas técnicas para o desempenho de cada cargo, onde seus ocupantes são escolhidos por mérito e na classificação, e não em preferências pessoais. A burocracia está baseada na separação entre a propriedade e a administração, e para assegurar a liberdade da organização, exige que os recursos estejam livres do controle externo e que seus participantes se caracterizem pela sua profissionalização.

Com o desenvolvimento das sociedades em relação à quantidade populacional e qualidade (conhecimento) populacional, tornam o comportamento humano mais individualizado, gerando a necessidade de uma sociedade ou organizações burocratizadas, que apresentariam as seguintes características:

Maior rapidez nas decisões pela tramitação de ordens de papéis por meio de canais preestabelecidos, com uma hierarquia formalizada e definida de autoridade. Esta seria representada por uma pirâmide com os cargos de maior autoridades no topo, havendo uma previsão na definição destes cargos permitindo delimitar melhor a quem cabe a responsabilidade.

A univocidade da interpretação é garantida pela regulamentação específica e escrita, com uma corrente de comando de cima para baixo, possibilitando que a tomada de decisões seja feita de forma coordenada.

Univocidade
Uma única interpretação para cada comando, ou uma única voz.

As tarefas da organização são distribuídas como “deveres oficiais”, e cada repartição superior controla e supervisiona a que se encontra abaixo dela na hierarquia.

Os critérios de escolha de pessoal para acesso e ascensão na organização baseia –se na capacidade, experiência e competência técnica, como uma separação entre as tarefas de um funcionário dentro da organização e a sua vida externa, e este não tem a posse dos recursos utilizados no trabalho, o que afasta os trabalhadores do controle dos meios de produção. A continuidade da organização é garantida pela substituição do pessoal que é afastado, que são assalariados em tempo integral com cargos hierarquicamente definidos e fixos, constituídos de tarefas e carreira previamente definida com promoções por capacidade e/ ou tempo de serviço.

A informação é discreta, pois é dada apenas a quem deve recebê-la, de forma escrita e hierarquicamente definida como já citado, sendo os procedimentos definidos assim por escrito, o que permite uniformidade, padronização, redução de custos e erros.

Weber apontava que quanto mais a organização se aproximasse do tipo ideal de burocracia (ideal não significa melhor, mas a forma mais pura de organização burocrática) mais eficaz ela seria nos objetivos fins.

Weber, ao estudar as características da burocratização, ficou preocupado com possíveis efeitos alienantes dos trabalhadores mais desqualificados. Como ocupam níveis inferiores, inevitavelmente ficariam reduzidos à realização de tarefas repetitivas e também a sua falta de participação nas decisões com possibilidade do enfraquecimento da democracia.

Seção 2

Comunicação Humana

Nesta seção você encontrará os conceitos de Weber sobre estratificação, mobilidade social, linguagem e interacionismo simbólico.

Nas sociedades contemporâneas as desigualdades entre indivíduos e grupos podem ser consideradas o maior dos problemas a serem enfrentados. O termo estratificação social representa muito bem esta desigualdade, porque ele é definido por questões de religião, descendência, aparência física, etnia entre outras, organizando-se em camadas ou estratos. Nessa hierarquia, os mais favorecidos encontram-se no topo, e os menos, na base.

Em Giddens (2005, p. 234), existe a apresentação de quatro sistemas de estratificação historicamente gerados nas sociedades humanas, a saber:

| A **escravidão** como forma extrema de desigualdade em que pessoas são literalmente propriedade de outros.

| A **casta** associada às questões religiosas e culturais,

principalmente ligadas à crença hindu do renascimento. As pessoas que não fossem fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renasceriam em uma posição inferior na próxima encarnação.

Os **estamentos** estão ligados principalmente ao feudalismo, sendo um sistema de maior mobilidade em relação ao de casta, pois a base está mais na propriedade da terra e não na religião, os quais consistem em estratos que possuem diferentes obrigações e direitos entre si. Na Europa, o primeiro estamento e mais alto era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza; o clero formava o segundo estamento; e os plebeus (servos, mercadores e artesãos) compunham o chamado 'terceiro estamento'.

As **classes** podem ser definidas por agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. A posse de riquezas e a profissão são as bases principais das diferenças de classe.

Percebe-se que no sistema de classe uma pessoa pode passar de uma classe para outra, diferentemente de outros estamentos, não sendo estas dadas por providências legais ou religiosas.

A análise de Weber sobre a estratificação realizada com base na teoria de Marx, considerando que a sociedade é constituída por classes mediante conflitos, sendo o basilar de todos os conflitos de classe os econômicos. Contudo Weber vai além desenvolvendo uma visão multidimensional da sociedade.

A estratificação social para Weber é mais ampla do que a questão de classe, abrangendo também *status* e partido, pois a posição de classe vai mais adiante na questão de ser ou não proprietário dos meios de produção, mais sim, pela "situação de mercado" da pessoa, incluindo, além das posses de bens, o nível educacional e o grau de habilidade técnica. Como exemplo Weber cita que os gerentes dispõem de condições mais favoráveis de trabalho que os operários, ou ainda que os trabalhadores mais qualificados têm maior possibilidade de negociação do que os de menor nível de instrução.

O *status*, na teoria de Weber, está nas diferenças existentes entre grupos sociais em relação ao prestígio e honra, conferidas pelos demais. Os partidos não se restringem a grupos políticos, mas a organizações de pessoas com objetivos e interesses comuns que procuram impor sua vontade a outros, que podem apelar para causas que ignoram as diferenças de classe, podendo afiliar-se em questões

religiosas ou ideais nacionalistas.

A teoria de Weber sobre estratificação trouxe importante contribuição sobre a estratificação de uma sociedade, pois esta vai além da desigualdade de classe e tem como fonte o partido e o *status*.

Cabe lembrar que a estratificação e sua relação com o gênero ficaram de fora de todas as análises, pois a temática sobre gênero e estratificação só entrou na agenda sociológica nos anos 70 do século passado.

Em conclusão, na estratificação temos o conceito de mobilidades sociais, usados para designar mudanças de indivíduos e grupos entre diferentes posições socioeconômicas, ocorrendo de dois tipos; a horizontal ou lateral que se refere a deslocamento geográfico entre bairros, cidades e regiões, e a mobilidade vertical, que se refere ao movimento de subida ou descida dentro da escala socioeconômica.

Como exemplificação sobre a conjugação de mobilidade com desigualdade, temos a pesquisa realizada com base em uma amostra dos chefes de família de todo o Brasil ao longo de várias décadas mostrando que a maioria dos brasileiros sobe pouco na escala social, e a minoria sobe muito. Isso torna a estrutura social bastante dinâmica e, ao mesmo tempo, espichada. Daí a coexistência de mobilidade e desigualdade.

Essa pesquisa ainda revelou dois tipos de mudanças na mobilidade social: a do tipo *estrutural* (mais comum no passado), quando as pessoas subiam na estrutura social porque se abriam novos postos de trabalho e a *circular* sendo aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem de desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Logo, a mobilidade social é mais determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançados, onde é grande o papel da educação.

Está mudando também a geografia da mobilidade, pois nas décadas de 60 e 70, a ascensão social ocorreu nas grandes metrópoles por questões do avanço do segundo setor da economia (industriais), e na atualidade a mobilidade se desloca para as cidades do interior com a diversificação das atividades da agricultura, do agronegócio, logística, comércio, serviços e indústrias que se mudaram para regiões mais favoráveis. A previsão para as próximas décadas é a manutenção das altas taxas de mobilidade social e uma acentuação da mobilidade circular no interior do País, o que exigirá muita capacidade para concorrer e vencer em mercados mais competitivos, disponibilidade para migração interna e a expectativa de que para subir socialmente deverá decrescer o papel da "herança social", do "pistolão" e do apadrinhamento, e crescer a importância da educação e da competência profissional.

Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico

Weber destacou a importância de se compreender o sentido (ou motivo) dado pelos atores, ao desenvolverem determinada ação social. A ideia de que significados subjetivos e motivos devem ser levados em consideração na análise sociológica foi uma grande contribuição de Weber para a Sociologia clássica e contemporânea.

O interacionismo simbólico [George Herbert Mead (1863-1931)] aparece com a preocupação com a linguagem e o significado, como sustentáculo da nossa consciência e da nossa própria individualidade, tornando-nos capazes de nos vermos de fora, como os outros nos veem.

O elemento-chave neste processo é o símbolo, que é algo representativo de outra coisa que está no exterior, podendo ser representado pela comunicação verbal ou não. Os códigos simbólicos estão dentro de um contexto e compartilhados entre os membros de uma mesma sociedade, como sorrir e cumprimentar um estranho, ao entrar em um ambiente, pois, como já visto nas unidades anteriores, as pessoas dependem de símbolos e conhecimento compartilhado para viverem.

Nossa sociedade é um ambiente ricamente simbólico, potencialmente, todas as interações entre indivíduos envolvem uma troca de símbolos, que pelo interacionismo simbólico podemos estabelecer detalhes da interação interpessoal e como esses detalhes podem ser usados para dar sentido ao que os outros dizem e fazem.

Em uma organização é fundamental para um gestor, antes de suas decisões, analisar as informações obtidas com base em uma abordagem de interacionismo simbólico para compreender os fenômenos sociais que geraram aquela informação.

O estudo do lado subjetivo da vida social esclarece muitas inconsistências entre os dados objetivos oficiais e organizacionais e nos permitem um aprofundamento de nossa compreensão acerca de como a sociedade opera e complementando intuições advindas de análises do nível macro.



SAIBA MAIS

Para encerrar esta unidade, leia o artigo "**As classes sociais do Brasil**" de José Pastore que intersecciona o tema de interacionismo simbólico com o de estratificação e mobilidade social no Brasil.

Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/td/td_004.htm>



ATIVIDADE

Ao final da leitura procure na Internet uma imagem que represente esta temática e publique na ferramenta fórum, mencionando o endereço eletrônico da referência utilizada.

UNIDADE 6

ESTADO MODERNO E POLÍTICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO



Esta unidade reserva ao leitor alguns apontamentos sobre Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau sobre a origem da sociedade civil e do Estado, noções de constitucionalismo e os direitos fundamentais.

Seção 1

Hobbes e Locke: a origem do Estado e sua organização

Nesta seção trabalharemos em conjunto Thomas Hobbes e John Locke sobre a condição da natureza humana que levou à formação da sociedade civil e a criação do Estado.

Thomas Hobbes (05/04/1588-04/12/1679) foi um matemático, teórico político, e filósofo inglês, autor de *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651). Nascido na Inglaterra de pai vigário de Charlton e Westport, cidades próximas de Malmesbury, influenciado pela reforma anglicana e a cisão com a Igreja Católica que em sua autobiografia alegou, “ao nascer sua mãe teria dado a luz a gêmeos: Hobbes e o medo”, pois a mãe estava angustiada com a Armada Espanhola que estava preste a atacar a Inglaterra na época. Seriam estes os contextos motivadores de suas obras.

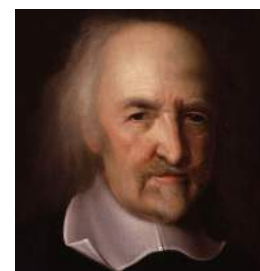


FIGURA: THOMAS HOBBS
FONTE: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_\(portrait\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes_(portrait).jpg)



SAIBA MAIS

Accese a obra *Leviatã* no endereço: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf

Hobbes representante da concepção contratualista de sociedade empresta o termo *Leviatã* de um monstro bíblico (Jó, 40, 20), para representar o Estado ou a Sociedade Civil.

Hobbes possui decisiva influência na construção das discussões em Filosofia do Direito, versa a respeito da origem do Estado e/ou da Sociedade Civil, acreditando que a sociedade era um processo forçado e não natural como estava consolidado na tradição aristotélica: o ser humano como *zoon politikon* (animal social), afirmando que “[...] os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito”(HOBBS, 2000, p. 108).

As pessoas na condição de animais possuem um estado de natureza competitivo, “se dois homens desejam a mesma coisa, da qual não obstante, ambos não podem desfrutar, eles se tornam inimigos” (HOBBS, 1988, p.108), sendo “o homem é lobo do homem”.

Os seres humanos são naturalmente semelhantes nas capacidades físicas do corpo e do espírito e, também, na esperança de alcançar seus desejos, estando todos em um conflito natural, ou seja, a “guerra de todos contra todos”, pois, para alcançar seus desejos, o outro era sempre uma ameaça, gerando disso uma desconfiança mútua, com um indicativo da brutalidade humana como estado da sua natureza.

Com medo da morte violenta e preocupado em conservar a própria vida o ser humano preventivamente foge ou ataca dependendo da situação e como ressaltava Hobbes: “E a vida do homem é solitária, sórdida, embrutecida e curta” (HOBBS, 1988, p.109), com duas consequências básicas:

1. “Nada pode ser injusto. As noções de certo e errado e, de justiça e injustiça não têm lugar aí. Onde não há poder comum, não há lei; onde não há lei, não há injustiça.” (HOBBS, 1988, p.110).
2. “Não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu; mas será de cada homem apenas o que ele puder pegar e durante o tempo que puder conservá-lo.” (HOBBS, 1988, p.110).

Assim decorrente da condição humana surge um pacto entre as pessoas visto que a organização da sociedade civil se constituía, em Hobbes, em função da necessidade, como é o caso do medo da morte violenta, nascendo o Poder Soberano, o **Estado**, o qual deve se impor o respeito pela força legitimada para resolver todos os conflitos e conter as paixões das pessoas.

Ainda em Hobbes que a igualdade entre os seres humanos é geradora de conflitos constantes e a liberdade definida como: a “ausência de impedimentos externos; impedimentos esses que, com frequência, tiram parte do poder do homem de fazer o que faria,

mas que não podem impedi-lo de usar o poder que lhe restou, de acordo com o que seu julgamento e razão lhe ditarem” (HOBBS, 1988, p.113, capítulo XIV).

A conclusão é que a natureza humana é má e só com o poder do Estado as pessoas são capazes de viver em sociedade.

John Locke (29/08/1632- 28/10/1704) nasceu em Wrington no norte da Inglaterra, filho de um pequeno proprietário de terras. Estudou Filosofia, Ciências Naturais e Medicina na Universidade de Oxford e como Hobbes, Locke frequentou a alta sociedade inglesa e estabeleceu laços com importantes cientistas de sua época. Influenciado pelas obras de Francis Bacon e René Descartes, fundou o **empirismo**, tendo como principais obras:

- Cartas sobre a Tolerância (1689);
- Dois Tratados sobre o Governo (1689);
- Ensaio acerca do Entendimento Humano (1690);
- Pensamentos sobre a Educação (1693).

Entre os pontos centrais da argumentação de Locke, podemos destacar as noções de: Estado de Natureza; Propriedade; Trabalho; Dinheiro; Lei; Liberdade e Licença; Consentimento; Divisão de poderes; e Prerrogativa.

Hobbes e Locke concordam que as leis naturais são ditames da razão, porém Locke crê que o estado de natureza está no interior de toda pessoa. Neste estado da natureza encontramos a igualdade que todos têm de liberdade para disponibilizar seus bens e regular suas ações “conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem” (LOCKE, 1988, p. 35), não sendo, portanto um estado ruim ou bom, mas onde qualquer um tem o direito de castigar os transgressores da lei da natureza.

Frente a essa situação Locke apresenta não ser razoável que uma pessoa seja seu próprio juiz, gerando a necessidade da criação de uma autoridade externa, imparcial e impessoal em que geraria o Estado ou governo civil que julgaria as pessoas frente aos inconvenientes do estado de natureza.

O segundo tema a ser enfrentado no liberalismo clássico é a propriedade, que não são apenas os bens adquiridos pelo indivíduo, mas também sua própria vida e sua liberdade. Mas, para se apropriar ou para ter direito à posse da propriedade, só mediante o trabalho, que na época era com base no agro-pecuário-extratativismo.

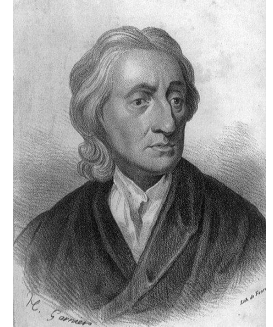


FIGURA: JOHN LOCKE
FONTE: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Locke-John-LOC.jpg>

Empirismo
Teoria que afirmava que o conhecimento era determinado pela experiência, tanto de origem externa, nas sensações, quanto interna, a partir das reflexões.

Logo, a propriedade ou fator terra em união com o trabalho gerou uma nova perspectiva para o estado da natureza que apenas dava a cada pessoa o direito de apropriar-se somente daquilo que é necessário à sua subsistência, não existindo a acumulação.

Escambo é o nome que se dá à troca de mercadorias ou produtos por outra mercadoria ou produto.

O trabalho humano agregado à terra aumentou sua produtividade (fase da economia agrícola ou primária) passando as pessoas a realizar **troca de mercadoria** em determinado local que seria chamado de mercado. Com a frequência dessa comercialização surgiu a necessidade de um produto intermediário de fácil transporte e estocagem e principalmente que pudesse ser divisível, podendo ser um equivalente universal aceito: a moeda ou dinheiro.

Com a existência de estado de natureza, propriedade e dinheiro surge a necessidade de um leme ou direção orientadora, nascendo a temática da Lei, que para Locke (1988, p.56), “a lei, em seu significado verdadeiro, é não só a limitação, mas a direção de um agente livre e inteligente para o seu próprio interesse e não prescreve mais do que importa no bem geral dos que estão sob essa lei,” em que percebesse que a Lei é algo emancipador e não elemento que restringe e aprisiona; algo que simplesmente limita a liberdade.

Locke dá continuidade à ideia de contrato social surgida em Hobbes. Mais adiante, Rousseau também o faria. Eis por que estes três autores são comumente chamados de contratualistas.

Mas cabe ressaltar que a economia independe do Estado ou de um governo. A história nos mostra, no entanto, que a economia é parte vital da sociedade e está intimamente ligada à política. Estas colocações estão expostas na teoria do Estado que Locke no Segundo Tratado, se confronta com a definição de lei dada por Hobbes.

Com a Lei surgem as questões da liberdade e licença em Locke (1988, p.57), sendo que Licença é a liberdade entendida erroneamente como a capacidade de “qualquer um fazer o que bem lhe apraz” e a Liberdade verdadeira é a liberdade “de dispor e ordenar, conforme lhe apraz, a própria pessoa, as ações, as posses e toda a sua propriedade, dentro da sanção das leis sob as quais vive, sem ficar sujeito à vontade arbitrária de outrem.”

Quando as pessoas criam uma sociedade civil pretendem garantir suas liberdades e não privá-la. Assim é necessário para a constituição legítima de uma comunidade política o consentimento de cada pessoa pretendente, existindo dois tipos de consentimento, o unânime e o de maioria, ou seja, o consentimento unânime é necessário especialmente para que uma sociedade civil seja fundada para que ela funcione, se mantenha e progrida, não é necessário que todas as tomadas de

decisões políticas tenham um consentimento unânime, mas apenas um consentimento da maioria.

Como Maquiavel, Locke realiza a distinção entre as formas puras de governo: monarquia (um governa), aristocracia (alguns governam) e democracia (a maioria governa) e pretende estabelecer o conceito de divisão de poderes, a saber; um poder legislativo, que é responsável por elaborar as leis, e um poder executivo, ao qual cabe aplicar a lei. Ainda existiria um terceiro poder, o federativo, responsável pela segurança e pelas relações exteriores, sem citar um poder judiciário, pois entendia que a sanção jurídica das infrações também é uma maneira de aplicar a lei, e, por isso, corresponde ao poder executivo, que, neste caso “tudo quanto se fizer manifestadamente para o bem do povo e para o estabelecimento do governo sobre bases verdadeiras é e sempre será prerrogativa justa.” (LOCKE, 1988, p. 98).

Assim o Estado, por meio do executivo, como representante da sociedade civil organizada, possui a prerrogativa de poder fazer uso da força para cumprir a Lei.

Em síntese com a teoria de John Locke, podemos concluir que, em sua perspectiva, o Estado é apenas um instrumento à mão do povo para que este possa garantir seus direitos naturais, que ao constituírem uma sociedade e submeterem-se a uma autoridade comum, não perdem a liberdade, mas sim apenas sob o império destas leis que a liberdade se dá.



Seção 2

Montesquieu e Rousseau: a formação da sociedade civil

Nesta seção trataremos dos fundamentos de Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu) e Jean-Jacques Rousseau sobre a formação da sociedade civil e suas formas de organização.

Montesquieu (Charles-Louis de Secondat), nasceu em 18/01/1689, em Bordeaux, na França e faleceu em fevereiro de 1755. A mãe era de origem inglesa e o pai de família nobre francesa, possuía o título de barão na França do século XVIII, era escritor e político francês, tendo governado La Brède (uma pequena cidade ao sul de Bordeaux, capital da província da Gironda).

Sua primeira obra importante não foi científica ou filosófica, mas literária: *Cartas Persas*, de 1721. Sua principal obra foi *O Espírito das Leis*, de 1748, na qual defendeu sua principal tese, afirmando que as leis são reflexos da sociedade e dos seus costumes, mas também se dedica a comentar formas de governo, os quais são:



CHARLES MONTESQUIEU FONTE: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Montesquieu_1.png

a) O **governo despótico** é aquele Estado no qual um senhor absoluto domina sozinho os súditos de maneira incontestada.

b) O **governo republicano**, diferente da tradição, Montesquieu considera que tanto uma democracia quanto uma aristocracia pode ser entendida como república. Na república, o povo (em sua totalidade ou em parte) é soberano e legislador e pode exercer seu governo diretamente (democracia) ou mediante intermediários (aristocracia).

c) O **governo monárquico**, existindo a absoluta em que o rei esta acima das leis e a gótica em que o monarca governa não de forma absoluta mas com base em leis fundamentais (às quais o próprio rei está sujeito) e com o auxílio de poderes intermediários: a nobreza, o clero e os magistrados.

Assim como Hobbes e assim como todos os principais pensadores políticos, Montesquieu se refere às paixões humanas ou molas propulsoras, que motivam os governos. Essa paixão que impulsiona qualquer forma de governo foi de virtude cívica que seria sinônima de um amor pela república ou pela pátria, isto é, um desejo de ver a nação próspera, saudável politicamente, o que acarreta a pureza dos costumes.

Além da virtude cívica existiriam outras molas para cada forma de governo, a saber:

1) A mola do governo aristocrático (a outra possibilidade da república) é a moderação. O corpo de aristocratas deve ter equilíbrio no exercício do poder, ou seja, deve controlar-se. Uma aristocracia deve ser marcada pela polidez nas atitudes, nas tomadas de decisão, nas reflexões e posturas.

2) Na monarca a mola seria a honra, pois um governo monárquico pressupõe preeminências, categorias e até mesmo nobreza de origem, ou seja, o monarca, levado pelas vaidades da nobreza, jamais põe em jogo a sua honra, e isto desde que ele tenha virtude cívica, que o levará a querer garantir a saúde de seu Estado.

3) A mola do despotismo é o medo, pois todos respeitam o senhor, porque todos temem o senhor. No despotismo, todos permanecem sob o jugo do regime de terror do senhor. As virtudes de um déspota consistem nas suas qualidades terroristas.

Mas a mais famosa contribuição de Montesquieu está na altura do 11º livro do *Espírito das Leis*, quando apresenta uma quarta espécie de governo, com a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário com liberdade política e independência, sendo a liberdade política entendida como “o direito de fazer tudo o que as leis permitem”, o que é diferente de fazer o que se bem quer, sendo esta liberdade incondicional de agir conforme a própria vontade, sem nenhum regramento, considerada independência.

Enfim, a teoria montesquiana propõe uma monarquia constitucional, a qual se difere da gótica por estar estruturada sobre três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, tendo uma fórmula que o poder freie o poder.

Rousseau e o contrato social

Jean-Jacques Rousseau nasceu em 28/06/1724 em Genebra-Suíça e faleceu em 02/07/1778 em Ermenoville-França, criado pelo pai, um relojoeiro calvinista, foi teórico político, músico e escritor, tendo se destacado como um dos protagonistas do Iluminismo francês e um dos principais precursores do Romantismo. Sua obra, além da *Ciência Política*, tem grande repercussão na Educação, na Literatura e na Música.



JEAN JACQUES
ROUSSEAU
FONTE: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rousseau.jpg?uselang=pt-br>

A produção de Rousseau foi vasta, entretanto nos apropriaremos de duas: o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1753, e o *Contrato social*, de 1762. Estas proveem a base de toda a discussão: o indivíduo, mesmo quando Rousseau fala em sacrificar a individualidade a favor da comunidade, ele visa o bem-estar do indivíduo, certo de que os indivíduos só podem chegar à felicidade como membros de uma comunidade, apesar de todos os inconvenientes que isto lhes traz.

A verdadeira felicidade para Rousseau consiste, primariamente, no simples gozo da existência ou estado de autarquia que é perdido quando vive em sociedade, assim o desafio está em reparar a injustiça da sociedade atual e conceber uma ordem social que proporcione aos homens um estado de felicidade, se não igual, semelhante àquele existente no estado de natureza.

O estado de natureza possui dois amores: o amor em si mesmo e o amor-próprio. O amor de si mesmo é “um sentimento natural que leva todo animal a velar pela própria conservação e que, no homem dirigido pela razão e modificado pela piedade, produz à humanidade e a virtude” ligado

à conservação (ROUSSEAU, 2000, p. 146), e o amor-próprio está ligado àquele “desejo universal de reputação, de honrarias e de preferências que nos devora, que excita e multiplica as paixões.” (ROUSSEAU, 2000, p. 111) ligado à vaidade.

Rousseau cita que o que leva ao abandono do primeiro sentimento é nossa tendência à perfeição (a perfectibilidade), sendo esta a fonte de todos os males, visto que ela faz com que as pessoas deixem de se preocupar com o simples gozo da existência e passem a sofisticar-se, deixando dois rumos possíveis: a felicidade ou a miséria humana.

Rousseau não pretende anular as paixões humanas, mas antes tornar os homens senhores de suas paixões, a fim de direcioná-las ao bem da comunidade. Assim, trabalha outros dois conceitos: os de **liberdade** e **propriedade**:

Frase de Rousseau que simboliza bem o conceito de **liberdade**: “Os cidadãos só se deixam oprimir quando, levados por uma ambição cega e olhando mais abaixo do que acima de si mesmos, a dominação torna-se-lhes mais cara do que a independência e quando consentem em carregar grilhões para por sua vez poder aplicá-los.” (ROUSSEAU, p. 110).

a) Liberdade é a ausência de dominação, e não apenas como uma ausência de impedimentos externos.

b) Propriedade é a posse, o uso e fruto de coisa móvel e imóveis extraídas da natureza pelo trabalho, onde ocorre a causa de toda a desigualdade na sociedade civil para Rousseau.

Embora ingênuos os pensamentos de Rousseau sobre a concepção de sociedade civil, esta não deixa de ser inspiradora e interessante. As ideias trazidas até aqui estão contidas no Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens, mas é na teoria do Estado que encontramos o tema principal focal que é o **Contrato social**.

Contrato Social é a legitimidade das instituições políticas, que mantêm “a ferros” o homem, que “nasce livre” (ROUSSEAU, 1999, p. 53).

O contrato social consiste na “alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda”. Surge assim “um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia e que, por este mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade.” (ROUSSEAU, 1999, p. 71).

Portanto, cada membro do corpo político, isto é, cada indivíduo da comunidade, é soberano no momento em que toma as decisões em assembleia, e é súdito no momento em que cumpre o que foi determinado pela assembleia soberana.

Um axioma é uma premissa ou extensão imediatamente evidente de alguma coisa que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração, assim a pessoa ao alienar-se à comunidade, transfere por axioma a ela todos os seus bens, inclusive o maior deles: sua própria vida. É por isso que a vida dos cidadãos é tida como responsabilidade do Estado.

Neste momento Rousseau enfatizou assembleia popular como uma importante instituição política. Quando as pessoas se reúnem para tomar as decisões ligadas à vida comum (assembleia) isto representa um elemento essencial do modelo de sociedade civil. Ao enfatizar a assembleia como instituição, Rousseau salienta que as decisões tomadas por ela devem seguir a vontade geral, e não necessariamente a vontade de todos.



ATIVIDADE

VAMOS TRABALHAR UM POUCO?

Realize uma pesquisa sobre a vontade geral e a vontade de todos em Rousseau e crie um exemplo de um conflito entre elas, em um texto de no mínimo dez e no máximo 30 linhas, postando na ferramenta Fórum.

As modernas democracias devem em muito às ideias de Rousseau. A existência de uma ordem social é algo que Rousseau admite ser superior ao indivíduo, algo que existe mesmo antes que a humanidade pudesse manifestar consciência, e que, por isso, constitui uma convenção incontestável ou axioma de sua teoria.

Em conclusão, temos que a ordem social é uma convenção universal que passa por uma reflexão histórica das diversas formas que a ordem social assume ao longo dos tempos, incluindo a família, grupos e governo em um jogo de forças politicamente legítimas por meio do pacto social.